



ESTADO DE SERGIPE  
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

Projeto de Lei nº \_\_/2025

Autoria **Linda Brasil** – PSOL/SE,

**Institui a Política Estadual de Proteção e Atenção aos Órfãos e Órfãs do Feminicídio no Estado de Sergipe.**

A Assembleia Legislativa do Estado de Sergipe aprova:

**Art. 1º** Fica instituída, no âmbito do Estado de Sergipe, a Política Estadual de Proteção e Atenção aos Órfãos e Órfãs do Feminicídio.

§ 1º Para os fins desta Lei, consideram-se órfãos e órfãs do feminicídio as crianças e os adolescentes dependentes de mulheres que tenham sido assassinadas em contexto de violência doméstica e familiar ou de flagrante menosprezo ou discriminação à condição de mulher, caracterizando-se como crime de feminicídio, nos termos da Lei Federal nº 13.104, de 9 de março de 2015.

§ 2º Aplicam-se, também, as disposições desta Lei às crianças e aos adolescentes dependentes de mulheres que, em decorrência de violência doméstica e familiar, tenham adquirido lesões permanentes ou condições de saúde que impeçam ou prejudiquem a execução de atividades laborais.

§ 3º As mulheres vítimas de feminicídio referidas no caput são todas aquelas que se autoidentificarem com o gênero feminino, vedadas quaisquer formas de discriminação.

§ 4º A Política Estadual observará, com absoluta prioridade, os princípios da proteção integral e do melhor interesse da criança e do adolescente, nos termos da Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990.

**Art. 2º** São objetivos da Política Estadual de Proteção e Atenção aos Órfãos e Órfãs do Feminicídio:

I – assegurar a proteção integral e prioritária das crianças e adolescentes órfãos e órfãs do feminicídio;

II – promover o direito de viver sem violência, preservando a saúde física e mental e o pleno desenvolvimento;





**ESTADO DE SERGIPE**  
**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA**

III – garantir acesso à assistência social, saúde, alimentação, moradia, educação e assistência jurídica gratuita;

IV – mitigar os impactos sociais, emocionais e econômicos decorrentes da perda materna por feminicídio;

V – assegurar atendimento intersetorial e articulado entre os órgãos públicos.

**Art. 3º** A Política Estadual será implementada com base nos seguintes princípios e diretrizes:

I – fortalecimento do Sistema Único de Assistência Social – SUAS, do Sistema Único de Saúde – SUS e do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente;

II – atendimento especializado, humanizado e prioritário por equipes multidisciplinares;

III – acolhimento como dever e diretriz permanente da atuação estatal;

IV – vedação à revitimização institucional, nos termos da Lei Federal nº 13.431, de 4 de abril de 2017;

V – incentivo à intersetorialidade das políticas públicas.

**Art. 4º** Para a implementação da Política Estadual, o Poder Executivo poderá instituir a Rede Estadual de Proteção aos Órfãos e Órfãs do Feminicídio, integrada, entre outros, por órgãos da assistência social, saúde, educação, segurança pública, sistema de justiça e entidades da sociedade civil.

**Parágrafo único.** Será assegurada capacitação continuada aos profissionais que integrem a Rede Estadual.

**Art. 5º** Entre as diretrizes e ações prioritárias no âmbito da Política Estadual de Proteção e Atenção aos Órfãos do Feminicídio incluem-se:

I – atuação obrigatória do Conselho Tutelar para aplicação de medidas protetivas e articulação da rede;

II – atendimento socioassistencial pelos equipamentos do SUAS, com orientação para acesso a benefícios;

III – realização de escuta especializada para evitar revitimização;





**ESTADO DE SERGIPE**  
**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA**

IV – atendimento psicossocial especializado, preferencialmente próximo à residência;

V – capacitação e acompanhamento de famílias extensas ou acolhedoras;

VI – priorização de matrícula ou transferência escolar, independentemente da existência de vagas;

VII – campanhas permanentes de conscientização e divulgação de direitos;

VIII - o monitoramento da adesão voluntária de familiares às ações e serviços articulados no âmbito desta Política;

IX - a instituição, pelo Poder Executivo, de benefício assistencial estadual de natureza não contributiva, destinado às crianças e aos adolescentes órfãos do feminicídio que se encontrem em situação de vulnerabilidade socioeconômica, até que completem a maioridade, nos termos da regulamentação.

**Art. 6º** Fica instituído o Benefício Assistencial Estadual aos Órfãos e Órfãs do Feminicídio, de caráter temporário, pessoal e intransferível, com a finalidade de mitigar os impactos econômicos decorrentes da perda da mãe em razão de feminicídio.

§ 1º O benefício de que trata o caput:

I – terá natureza assistencial, não contributiva e não previdenciária;

II – será custeado com recursos do orçamento próprio do Estado de Sergipe;

III – poderá ser concedido de forma cumulativa com benefícios assistenciais ou indenizatórios de natureza federal, estadual ou municipal, desde que não possuam caráter previdenciário.

§ 2º A concessão do benefício não exclui o acesso dos beneficiários a outras políticas públicas e programas sociais, inclusive os previstos na Lei Federal nº 14.717, de 31 de outubro de 2023.

§ 3º Os critérios de elegibilidade, o valor do benefício, a forma de concessão, a duração e os mecanismos de controle e acompanhamento serão definidos em regulamento do Poder Executivo, observados os princípios da dignidade da pessoa humana, da proteção integral e da prioridade absoluta da criança e do adolescente.

§ 4º O benefício será mantido enquanto persistirem as condições de vulnerabilidade socioeconômica que justificaram sua concessão, respeitado o limite etário previsto nesta Lei.

**Art. 7º** A autoridade policial competente deverá comunicar imediatamente ao Conselho Tutelar e ao Ministério Público a identificação das crianças e adolescentes dependentes das vítimas de feminicídio.

**Art. 8º** O Poder Executivo regulamentará esta Lei no que couber.





**ESTADO DE SERGIPE**  
**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA**

**Art. 9º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Governador João Alves Filho,  
Aracaju – Sergipe.

09 de fevereiro de 2026,

**Linda Brasil,**  
Deputada Estadual – PSOL/SE.





## ESTADO DE SERGIPE ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

### JUSTIFICATIVA

O presente Projeto de Lei institui a Política Estadual de Proteção e Atenção aos Órfãos e Órfãs do Feminicídio no Estado de Sergipe, reconhecendo que o feminicídio, enquanto expressão extrema da violência de gênero, produz consequências profundas, permanentes e multissetoriais sobre crianças e adolescentes que perdem suas mães em decorrência desse crime.

A proposta parte do entendimento de que a orfandade decorrente do feminicídio **não se resume à perda econômica**, tampouco pode ser enfrentada exclusivamente por meio da concessão de benefícios financeiros. Trata-se de uma violação grave de direitos que impacta o desenvolvimento integral das crianças e adolescentes, exigindo do Estado **respostas estruturadas, contínuas e intersetoriais**, que envolvam assistência social, saúde física e mental, educação, acolhimento institucional, proteção jurídica e acompanhamento familiar.

A perda materna por feminicídio não se limita ao sofrimento emocional. Ela gera impacto econômico direto, ruptura abrupta do núcleo familiar, insegurança material, fragilização de vínculos afetivos e maior exposição à vulnerabilidade social, conforme reconhecido expressamente pela Lei Federal nº 14.717, de 31 de outubro de 2023. Crianças e adolescentes órfãos e órfãs do feminicídio passam, assim, a demandar do Estado **uma política pública integrada**, capaz de assegurar cuidado contínuo, proteção social, acesso prioritário a serviços públicos e garantia de direitos em todas as dimensões da vida.

Nesse contexto, é importante destacar que o Estado de Sergipe já executa ações de apoio por meio do Cartão CMais, programa de governo que tem cumprido papel relevante no enfrentamento imediato da vulnerabilidade social. Todavia, programas de governo possuem natureza administrativa, sendo instituídos e regulados por atos do Poder Executivo, o que implica caráter transitório, discricionário e sujeito a alterações conforme a orientação de cada gestão.

O presente Projeto de Lei não ignora nem substitui o Cartão CMais. Ao contrário, reconhece sua importância, mas propõe um avanço institucional necessário: **a consolidação de uma Política Estadual de Proteção e Atenção aos Órfãos e Órfãs do Feminicídio**, com base legal própria, diretrizes permanentes e compromisso intersetorial obrigatório. A política ora instituída **vai além do auxílio financeiro**, estruturando um conjunto de ações continuadas de assistência social, atendimento psicossocial, acompanhamento educacional, proteção jurídica e fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários, garantindo cuidado integral e suporte em todas as fases do desenvolvimento das crianças e adolescentes.

A distinção entre programa de governo e política estadual, em sentido jurídico, é fundamental. Enquanto o primeiro se vincula à agenda administrativa do Executivo, a segunda possui natureza normativa, aprovada pelo Poder Legislativo, vinculando o Estado como instituição e assegurando prioridade absoluta às crianças e adolescentes, nos termos do art. 227 da Constituição Federal e do Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/1990).

Nesse marco, o benefício assistencial estadual previsto no Projeto de Lei **não constitui o eixo central da política**, mas sim **um dos instrumentos de mitigação dos impactos econômicos** decorrentes do feminicídio, articulado com um conjunto mais amplo de ações de proteção social. A Constituição da República, em seu art. 203, incisos I e V, autoriza expressamente a prestação de benefícios assistenciais independentemente de contribuição, voltados à proteção da família, da infância e da adolescência, o que





ESTADO DE SERGIPE  
**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA**

legitima a atuação do Estado de Sergipe na instituição de benefício assistencial estadual específico, custeado por orçamento próprio.

A proposta observa rigorosamente os limites constitucionais e jurisprudenciais. O benefício previsto possui natureza assistencial, não contributiva e não previdenciária, não invade competência da União, não viola a Lei Federal nº 14.717/2023 e pode ser cumulável com benefícios federais, conforme entendimento consolidado do Supremo Tribunal Federal, que admite benefícios assistenciais estaduais desde que financiados com recursos próprios e desvinculados do regime previdenciário.

Além disso, o Projeto de Lei preserva a competência administrativa do Poder Executivo ao prever que critérios de elegibilidade, valores, forma de concessão e operacionalização do benefício serão definidos em regulamento, permitindo, inclusive, que sua execução se dê por meio de programas já existentes, como o Cartão CMais, **desde que integrados às diretrizes desta Política Estadual**, que prioriza o acompanhamento contínuo, o cuidado integral e a atuação intersetorial do Estado.

Dessa forma, a proposição não cria sobreposição de ações, mas promove integração, racionalidade administrativa e fortalecimento institucional, consolidando a proteção aos órfãos e órfãs do feminicídio como **dever permanente do Estado de Sergipe**, assegurando não apenas apoio financeiro, mas **assistência social completa e proteção integral em todos os aspectos da vida** dessas crianças e adolescentes.

Diante do exposto, o presente Projeto de Lei revela-se constitucional, juridicamente adequado e socialmente indispensável, representando avanço significativo na proteção integral de crianças e adolescentes vítimas indiretas da violência de gênero, razão pela qual se solicita o apoio dos nobres Parlamentares para sua aprovação.

Palácio Governador João Alves Filho,  
Aracaju – Sergipe.

09 de fevereiro de 2026,

**Linda Brasil,**  
Deputada Estadual – PSOL/SE.



## PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi assinado eletronicamente e pode ser acessado no endereço <https://aleselegis.al.se.leg.br/autenticidade> utilizando o identificador 3100310034003500310033003A005000

Assinado eletronicamente por **Linda Brasil** em 12/02/2026 09:05

Checksum: **E9DBF3EB7ECA58DDEA644F61F6795C427D71C4A347BD774C63974EAB5B4E182E**



Autenticar documento em <https://aleselegis.al.se.leg.br/autenticidade>  
com o identificador 3100310034003500310033003A005000, Documento assinado digitalmente conforme  
art. 4º, II da Lei 14.063/2020.